

Cronograma prevê paulada no início de dezembro

O choque contra a inflação será adotado pelo Governo nos primeiros dias de dezembro, caso seja seguido o cronograma que começou a ser desenhado pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e pelo líder do Governo na Câmara, Roberto Freire. Na próxima semana, o ministro Cardoso apresenta ao presidente Itamar Franco o pacote de medidas tributárias. Na seguinte, será encaminhada ao Palácio do Planalto a nova proposta orçamentária para 1994, que prevê um corte estimado em torno de US\$ 13 bilhões. No máximo sete dias depois desses cortes o Governo anunciará as medidas de combate direto à inflação.

Embora negando que exista decisão política tomada sobre a forma de "combate direto à inflação" (o choque ou paulada), Roberto Freire manifestou simpatia à idéia, defendida por economistas do PMDB, de que o Governo anuncie no início de cada mês a taxa de inflação com que irá trabalhar. "Com o déficit público sob controle, não haveria razão para que os agentes econômicos trabalhassem com índice diferente", afirmou. "O setor que quisesse especular seria controlado pelo Governo com instrumentos de mercado, como a redução das alíquotas de importação por exemplo", acrescentou. Essa alternativa prevê que o Governo fixe a taxa de

correção dos preços sob seu controle, como as tarifas públicas e o câmbio, e convença o restante do mercado a trabalhar com o mesmo índice. Seria uma espécie de "pre-fixação negociada", embora a área econômica deteste esse termo.

Reforma — Este desenho de cronograma, que ainda será submetido ao presidente Itamar Franco, prevê também a adoção de uma reforma administrativa, com a extinção dos Ministérios da Integração Regional e do Bem-Estar Social. Mas o timing da reforma depende inteiramente de Itamar, que vai avaliar as conveniências políticas da adoção da medida. Roberto Freire explicou, no entanto, que os cortes no Orçamento serão feitos principalmente sobre as dotações desses dois ministérios, inclusive porque são eles que manipulam as verbas das transferências voluntárias da União para estados e municípios, que serão cortadas.

O líder do Governo na Câmara disse ontem que o déficit público potencial para 1994, inicialmente estimado em US\$ 26,3 bilhões, será "zerado" com o aumento da receita tributária e com os cortes no orçamento da União. "Existe uma decisão do presidente Itamar Franco de que será meio a meio", informou. Se essa orientação prevalecer, a arrecadação terá que aumen-

tar cerca de US\$ 13 bilhões. Mas esse crescimento da receita não se dará unicamente por conta do pacote tributário da semana que vem. Neste valor está incluída a arrecadação prevista com o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) em 1994, de cerca de US\$ 5,4 bilhões.

Roberto Freire confirmou que o Governo vai taxar as aplicações dos bancos feitas com recursos próprios, embora ainda existam questões jurídicas que estão sendo analisadas. "A decisão política está tomada e o Governo está procurando a fórmula", disse. O líder deu a entender também que as alíquotas da contribuição social sobre o lucro dos bancos poderão ser aumentadas. Mas descartou qualquer elevação de alíquotas de Imposto de Renda sobre os assalariados.

O líder do Governo no Senado, Pedro Simon, informou ontem que vai propor a Itamar Franco convidar os presidentes do Senado, Humberto Lucena, e da Câmara, Inocêncio Oliveira, e os líderes dos partidos políticos para conversar sobre a proposta orçamentária para 1994 e sobre as mudanças constitucionais que considera indispensáveis. Simon incluiu as mudanças na Previdência Social e o financiamento da saúde pública como as prioridades do Governo na revisão constitucional.